



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681271 - MG (2021/0225802-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : NAIGUEL CRISTIAN GOMES  
**ADVOGADO** : NAIGUEL CRISTIAN GOMES - MG184810  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : WALBERT WILLIAN DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WALBERT WILLIAN DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0313.18.018560-2/001).

O paciente ostenta duas condenações definitivas pela prática do crime disposto no art. 157, §2º, do CP a uma pena total de 11 anos, 10 meses e 12 dias de reclusão, encontrando-se atualmente em regime fechado.

O impetrante sustenta que o sentenciado possui filhos menores que dependem inteiramente de seus cuidados.

Requer seja concedida, liminarmente e no mérito, a ordem impetrada, concedendo-se ao paciente a prisão domiciliar, ainda que mediante monitoramento eletrônico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, não consta comprovado nos autos que o sentenciante seja o único responsável aos cuidados dos infantes, hipótese que suscita dúvidas sobre o enquadramento da condição do paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e em alguns julgados indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Portanto, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido de liminar,

reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente